



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INDÍGENA: UM ESTUDO DE CASO NA TRIBO TRUKÁ

Brenda Pontes de Sousa Pereira, Bruna Pontes de Sousa Pereira, Alessandra Danielly Cruz, Maria Edimária Alexandre Diniz, Leilane Maciel Menezes Travassos (orientadora).

Faculdade Santa Maria

brenda.psic@outlook.com

RESUMO: Dentro da perspectiva onde a escola é uma instituição social inserida em uma sociedade capitalista, que nela refletem as interações exercidas por a mesma, acredita-se que o papel fundamental da escola nesse processo é contribuir para a formação de cidadãos críticos e de efetivar a implementação de eficazes estratégias no âmbito do ensino e da aprendizagem, orientando da melhor forma os educadores envolvidos nesta construção. Percebendo a conquista da criação de cursos superiores de licenciatura específicas para a formação de professores indígenas, o presente trabalho trata-se de um relato de caso, realizado na tribo TRUKA, localizada na cidade de CABROBÓ-PE, que objetiva analisar como a Política de Educação indígena vem sendo executada. Percebeu-se que a educação indígena na tribo Truká está em processo de construção, e que, existe a necessidade que as políticas públicas respeitem os processos próprios de aprendizagem indígena previsto na legislação, pois os mesmos ainda enfrentam dificuldades para serem elaboradas, principalmente no princípio de interculturalidade que está prevista na normativa do art. 210, porém uma grande conquista do povo indígena é que todos os professores são da aldeia, desse modo o ensino de suas línguas maternas é lhes garantidos de maneira a proporcionar a reafirmação de suas identidades étnicas. A educação vem sofrendo muitas modificações, sendo assim, faz-se necessário a implementação de políticas públicas educacionais a fim de promover uma reestruturação escolar, no sentido de criar leis, que permitam a autonomia da mesma.

Palavras-chave: Política pública, educação, indígena.



INTRODUÇÃO

Com a constituição cidadã de 1988 a educação passou a ser direito do povo e dever do Estado, onde versa no Art. 205 que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Diante dessa base é que se configura o que concerne à educação e direitos sobre interculturalidade, no qual se encontra fixado à educação indígena, desta maneira o Art. 210 vem garantir o direito a “manutenção” da cultura, desse modo o ensino de suas línguas maternas são lhes garantidos de maneira a proporcionar “a reafirmação de suas identidades étnicas”.

Segundo Souza (2003), Políticas Públicas é um campo do conhecimento que visa, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e analisar essa ação, e quando necessário, propor mudanças no rumo ou no curso dessa ação, e/ou entender o porquê que certas ações tomaram um rumo e não outros. É o processo de formulação, através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações.

Partindo para um conceito mais específico de Políticas públicas, para o contexto educacional, Oliveira (2010) vem afirmar que Políticas Públicas Educacionais são:

Aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar. Essa educação orientada (escolar) moderna, massificada, remonta à segunda metade do século XIX. Ela se desenvolveu acompanhando o desenvolvimento do próprio capitalismo, e chegou à era da globalização resguardando um caráter mais reprodutivo, haja vista a redução de recursos investidos nesse sistema que tendencialmente acontece nos países que implantam os ajustes neoliberais (OLIVEIRA 2010).

O avanço em educação segue o processo e desenvolvimento econômicos do país, assim, de acordo com Filho (2005), no Brasil, o neoliberalismo começa a ascender no início dos anos 1990, os neoliberais, no que diz respeito à educação, acreditam que as responsabilidades do poder público, podem e devem ser dividido ou transferido para o setor privado, favorecendo tanto o mercado, como trazendo melhorias na qualidade do ensino (GIRON, 2008).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Segundo Giron (2008) o discurso neoliberal está centrado na expressão qualidade total, com princípios ligados a excelência no ensino e na pesquisa, com professores competentes, alunos aptos para ingressar no mercado de trabalho e currículos com conteúdo atualizados. Sendo mais uma representação empresarial do que educacional, trazendo em seu bolso uma visão tecnicista baseado na produtividade e objetivando a performatividade na educação, afirmando ainda que escola de qualidade na visão neoliberal é aquela com uma gestão e um ensino eficiente para competir no mercado, transformando assim o aluno em um consumidor do ensino e o professor um profissional bem treinado, tendo como princípio treinar os educandos, para mais tarde inserirem-se no mercado de trabalho. (GIRON, 2008)

No modelo educacional proposto pelo neoliberalismo à escola é que na origem grega designava o lugar do ócio, é transformada em um grande negócio, baseando-se na desigualdade social, já que a escola vende a ideia de que o sucesso depende de cada um, reforçando a lógica de que só os melhores vencerão, e que se o aluno não conseguiu atingir os resultados esperados, a culpa não é da escola, mas sim dele, que não teve competência para atingir os objetivos. (GIRON, 2008).

Diante do pressuposto que as políticas de educação se desenvolve com estreita relação com a política econômica do país, nos últimos anos, as universidades públicas brasileiras vêm criando cursos superiores de licenciatura específicas para a formação de professores indígenas, com curriculum apropriado que atendam a demanda específica desse contexto, principalmente por intermédio da escrita. Percebe-se assim que a política pública da educação indígena vem se edificando possibilitando que os povos indígenas mantenham sua alteridade cultural, diante das estratégias desenvolvidas. Recentemente a educação indígena passou das mãos da FUNAI(Fundação Nacional do Índio) para a responsabilidade do MEC, que vem com a proposta de uma educação diferenciada para os indígenas. A academia brasileira vem criando cursos para a formação de professores indígenas que contribui com essa educação diferenciada, porém, a política pública que respeitem os processos próprios de aprendizagem indígena previsto na legislação ainda enfrenta dificuldades para serem elaboradas, ou seja, ainda estamos longe do que podemos chamar de educação indígena exemplar.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A Educação Escolar Indígena vive hoje impasses com relação à efetivação do que está garantido em diversos textos legais e normativos. [...] Nesse sentido, a proposição do movimento indígena de criação de um Sistema de Educação Escolar Indígena, com mecanismos legais e normativos que garantam a autonomia tão buscada pelas escolas indígenas e assegurem a aplicação dos recursos públicos disponíveis para a educação escolar, ganha força. [...] A regulamentação desse sistema geraria mecanismos legais, normativos e gerenciais que tornariam mais claro para as Secretarias de Educação o tratamento que essas escolas devem receber. (HENRIQUES, et al 2007).

Diante da literatura exposta, foi realizada uma pesquisa com o objetivo de identificar os impactos e avanços das Políticas Públicas de Educação no que tange às políticas destinadas à educação indígena, na tribo Truká de CABROBÓ-PE com intuito de levantar dados a respeito de como está se consolidando a educação nesse contexto no Brasil.

METODOLOGIA

A presente pesquisa apresenta caráter qualitativo, utilizando um estudo de caso, com intuito de verificar de que forma que configura a política pública de educação indígena na tribo TRUKÁ. Desenvolvendo primeiramente uma revisão bibliográfica, com leituras essenciais, sobre: educação indígena, políticas públicas, tribo truká. Dando base para análise crítica e refletiva sobre a temática.

Posteriormente foi realizada entrevista estruturada, com a coordenadora pedagógica da tribo a fim de se obter informações sobre a tribo Truká, no que se refere ao funcionamento, estrutura e a educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os dados obtidos a tribo Truká está localizada na ilha da Assunção, médio do Rio São Francisco, divisa entre os estados da Bahia e Pernambuco, município de Cabrobó-Pe, a uma distância de 535 km do Recife. Com relação à educação, existem aproximadamente 600 alunos indígenas dentro da área indígena Truká.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Possue uma organização política e religiosa como o centro das suas lutas, na qual é construída pelas lideranças: Cacique, Pajé, Conselheiros, conselheiras e capitão. O cacique é o maior representante, responde pelo povo e dá direção a luta. O Conselheiro de Liderança resolvem questões internas, promovem eventos e articulam reuniões entre as comunidades. O capitão é responsável pelas atividades na ausência do cacique, e deve fazer a vigília permanente em todo território, garantindo a segurança da comunidade. O Pajé é membro do conselho de Pajelança (conselho das ciências ocultas) e cuida da ciência do povo, ajudando com as ervas medicinais, aconselha e orienta o povo. Existem também outras lideranças, tais como: o chefe dos rituais responsável pela religião junto com o pajé e os anciãos e ansians, que são os mais velhos e que dominam a história do povo.

No que diz respeito à educação, existe a OPIT (Organização dos/as professores/as Indígenas Truká), cujos objetivos são: Resolver questões internas no âmbito da educação; acompanhar e avaliar ações, programas e projetos; acompanhar, avaliar e garantir o desenvolvimento do projeto Político-pedagógico das escolas, entre outros. Na educação, os professores, além de ensinar os conteúdos pragmáticos do MEC, buscam trazer para a escola a história do povo

Existem cerca de 118 professores, destes apenas 15 se formaram na licenciatura da primeira turma e 16 estão cursando hoje na segunda turma. Percebemos através dos dados obtidos que a educação indígena na tribo Truká está em processo de construção, apesar de existir uma formação dos professores. O número de professores especializados na área indígena é muito defasado. Porém uma grande conquista do povo indígena é que todos os professores são da aldeia fortalecendo assim a cultura local.

Percebemos também uma deficiência na língua materna da tribo, já que esta não está presente no projeto político pedagógico das escolas, predominando o ensino da língua portuguesa enquanto padrão. O que se evidencia no trecho que segue da coordenadora pedagógica

“Os povos indígenas do nordeste tem história de invasão e tentativa de extermínio muito forte em suas trajetórias de lutas, na busca de assimilar estes povos a sociedade da época e de fazer deles gente, a língua foi alvo evidente de extermínio para que estes povos tivessem “alma”... no Nordeste só o povo FUNIL-Ô fala a língua materna. O que temos são vocábulos soltos e trabalhamos eles em sala de aula, nas linhas de tore ou no dia a dia do aluno.”.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Quanto às matérias utilizadas nos trabalhos relacionados à cultura são usados livros tradicionais e específicos e diferenciados, que são produzidos pela própria tribo. Há investimentos na área, com, por exemplo, o Programa Mais Educação, Escola Integrada, e Faculdade Intercultural.

Segundo a entrevistada as maiores dificuldades encontradas encontra-se na

“Implementação da política para atender a educação escolar indígena; Regularização dos professores e modelos de Gestão; Criação dos ordenamentos jurídicos próprios para atender a Educação Escolar Indígena; Efetivação do currículo intercultural; Consulta previa na hora de implementar programas para atender a demanda indígena caso de SAEP e outros; Conferências estaduais de educação escolar indígena; Sistemas de monitoramento de acordo com a proposta do curricular intercultural indígena; Criação da categoria de professor indígena; Formações continuadas para atender a demanda da educação Especial; Sistema próprio de Educação escolar indígena.”(Coordenadora pedagógica da escola da tribo Truká).

Dessa forma percebemos a configuração na qual se constitui a oferta de ensino a população indígena. Tais achados corroboram com as constatações de Henriques, et al (2007), acerca das necessidades no que se refere a “atenção às especificidades e interesses de cada povo indígena em relação a um ensino escolarizado que contribua para seus projetos de futuro. Por isso, as propostas pedagógicas e curriculares da formação docente devem ser flexíveis para incorporar novos interesses, novas áreas de conhecimento, conteúdos e suas conexões interdisciplinares.” (Henriques, et al, 2007, p. 43).

Diante do exposto, percebe-se a necessidade de melhorar o acesso aos recursos públicos que direcione e financie a educação para nas escolas indígenas, com efetiva articulação entre o estado e a tribo onde está se articulando o processo de escolarização, para que multiculturalidade seja efetivada de maneira propícia a tribo, na qual possa contribuir para a formação da comunidade escolar.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CONCLUSÃO

Sabe-se que a educação é uma arma essencial tanto na vida acadêmica, quanto na pessoal, e que a mesma contribua para formação do indivíduo enquanto ser social e histórico. A partir do explanado é possível perceber a importância da articulação de políticas públicas específicas para a educação indígena, pois através de um trabalho articulado possibilitará a formação adequada a esses indivíduos, para que assim a escola cumpra a sua função básica e essencial.



REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

COLL, C. **Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da educação escolar**. V.2. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GIRON, G. R., **Políticas Públicas, Educação E Neoliberalismo: O Que Isso Tem a Ver Com Cidadania?** Revista da educação PUC-Campinas, n. 24, Junho de 2008.

GOBBI, I. **A Temática Indígena e a diversidade Cultural nos Livros Didáticos de Histórias: Uma análise dos Livros Recomendados pelos Programas Nacionais de Livro Didático**. Dissertação de Mestrado, São Carlos: UFSCar, 2006.

MARTINEZ, A.M. **Psicologia Escolar e Educacional: Compromissos com a Educação brasileira**. Revista Semestral da Associação Brasileira de psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), V.13. N.1, 2009, P. 169-177.

No reino da Assunção, reina Truká/organização das professoras Truká – OPIT: Belo Horizonte. UFMG; SECAD/MEC, 2007.

OLIVEIRA, A. F.; **Políticas Públicas Educacionais: Conceito e Contextualização numa perspectiva** (Org) Adão F. de Oliveira, Alex Pizzio e George França, “Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas” Editora da PUC Goiás, 2010, páginas 93-99.

PALMA, F.; CARDOSO, J. **Política educacional brasileira: educação brasileira numa década de incerteza (1990-2000): avanços e retrocessos**. São Paulo: Cte, 2005.

SOUZA, C. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa**. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO